

LAT 1772



SENADO FEDERAL

INFOBILA

00906	
GT	
84	
12	

BIBLIOTECA



CENTRO UNIVERSITÁRIO
DE INVESTIGAÇÃO
BIBLIOTECOLÓGICA

YAMIL E SOUSA DUTRA
(BRASIL)

FUNÇÃO:

DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE ANÁLISE DO SENADO
FEDERAL.

FORMAÇÃO:

- . BACHAREL EM DIREITO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS PE
LA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASIL.
- . MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL COMPARADO
UNIVERSIDADE OF MISS., OXFORD, MS, EUA.
- . ANALISTA DE SISTEMAS, DATAMEC, BRASÍLIA-
BRASIL.
- . MESTRADO E DOUTORADO EM CIÊNCIAS E SERVIÇOS
DE INFORMAÇÃO, CLIS, UNIV. OF MARYLAND, MD,
EUA.

TÍTULO DA PALESTRA

" LEGISLATIVO: A INFORMAÇÃO E OS SISTEMAS INFOR
MATIVOS COMPUTARIZADOS - UM ENFOQUE SOBRE O
SENADO FEDERAL DO BRASIL"

INFOBILA

ÍNDICE		Pág.
I.	O Legislativo e a Informação	1
I.1.	Necessidades de Informação do Legislativo	2
I.2.	Fontes e Agentes da Informação	4
I.3.	Classificação dos Agentes da Informação do Legisla tivo.	6
I.4.	Conclusão	8
II.	O Sistema de Informação Computarizada no Senado Federal	11
II.1.	Breve Histórico	11
II.2.	Base Ideológica	11
II.3.	Modelo Inicial	11
II.4.	Revisão Teórica e Reestruturação da Proposta	12
II.5.	Sistemas Disponíveis	13
II.5.1.	Sistema de Informação do Congresso Nacional - SICON	13
	. Normas Jurídicas -NJUR	13
	. Jurisprudência - JURI	14
	. Biblioteca e Periódicos - BIPE	14
	. Discursos - DISC	14
	. Matérias Legislativas - MATE	14
	. Cadastro da Administração Federal- MEMO	15
	. Índices Controlados - THES e VCBS	15
	. Sistema de Informações Eleitorais - SIEL	15
	. Sistema de Informações Orçamentárias	16
	. Sistema de Notícias - NOTI	16
II.5.2.	Sistemas Legislativos	16
	.Sistema de Apoio às Comissões - SACI	16
	.Sistema de Apoio Informativo à Constituinte-SAIC	17
	.Sistema de Subvenções Sociais - SBV	17
II.5.3	Programa de Informatização de Gabinetes Parlama _{nta} res - PROTEUS	18
	.Sistema de Controle de Correspondência -CACK	18
	.Sistema de Endereçamento Parlamentar - CEP	18
	.Sistema Memória	18
	.Sistema de Processamento de Texto-SPT	18
	.Sistema Telex Integrado - TEIA	18
II.5.4.	Bases de Dados Externas	18
II.5.5.	Sistemas Administrativos	18
	.Sistema Administrativo Integrado - SAI	19
	.Sistema de Administração de Bibliotecas- SABI	19
	.Sistema Médico SIM	19

. Sistema de Acompanhamento de Processos Administrativos - PROT	19
. Sistema de Composição de Textos do CEGRAF	19
. Programa Taquigráfico - PORTA	19
II.5.6. Usuários	20
III. O Banco de Dados de Normas Jurídicas - NJUR, Visão Rápida	21
III.1. Histórico e Acervo Inicial	21
III.2. Transposição para computador	22
III.3. Metodologia de Trabalho	24
III.3.1. Recursos Humanos	24
III.3.2. Recursos Materiais	24
III.3.3. Condicionantes da Metodologia	24
III.3.4. O Vocabulário Controlado para Indexação e Pesquisa - THES	25
III.3.5. A Alimentação e Manutenção através de Rede	26
III.3.6. Difusão da Metodologia	27

I. O LEGISLATIVO E A INFORMAÇÃO.

Um ponto de concordância entre os estudiosos de política e administração pública nas duas últimas décadas tem sido o de que os órgãos legislativos nos sistemas governamentais modernos vêm gradualmente perdendo poderes em relação às autoridades do Executivo.¹ Este fenômeno tem sido referido como a "crise parlamentar"², a "atrofia do legislativo"³ ou o "declínio do legislativo"⁴. Dessa forma, o reconhecimento alarmante e unânime dessa enfermidade do Poder Legislativo vem questionando por medidas que redirecionem o fluxo de poder da Presidência e da perigosa alternativa de Governo do Executivo, onde o Congresso executa um papel secundário de simples notário das demandas do executivo.

Entre as causas principais destas tendências ao enfraquecimento e a crescente passividade do Legislativo, os estudiosos do processo identificam a falta de "informação e conhecimento"⁵ por parte dos legisladores como um dos maiores obstáculos ao Governo pelo poder do Legislativo em oposição a um Governo pela força do Executivo. Entretanto, como menciona Keefe⁶, a situação tem aspectos ainda mais sérios, já que os problemas da administração moderna tem se tornado tão técnicos e complexos que os legisladores encontram cada vez mais necessidade de depender das respostas e recomendações do Executivo.

Assim, a falta de informações e a crescente tendência dos legisladores em depender do executivo para a apresentação de soluções e mesmo para a iniciativa de propostas legislativas vêm formando um círculo vicioso cujo resultado poderá ser, por um lado, o reforço do Poder Executivo e a absorção indireta da função histórica do Congresso, e por outro, a debilitação do Legislativo em termos de sua função legislativa e de sua função fiscalizadora, já que a inspiração para legislar e o controle da aplicação das leis estará limitada pela habilidade do Congresso em obter informação de sua principal fonte, o Executivo.

Os estudos têm claramente mostrado o problema, e a solução parece ser óbvia. Falta de informação e de controle sobre re-

cursos informacionais têm sido fatores importantes e determinantes do declínio dos Legislativos modernos.

A resposta capaz de neutralizar tal fator seria o desenvolvimento de um sistema de informação que preenchesse as exigências do Congresso bem como de dar o apoio necessário para que a instituição retomasse suas funções históricas. Entretanto, um novo sistema de informação deveria estar habilitado a adaptar-se ao que Dechert⁷ chama de "o sistema de processamento da informação e de tomada de decisão existente no Congresso", o qual se caracteriza por uma complexa rede de canais e filtros através da qual a informação flui.

Através desta introdução pretendemos tomar conhecimento dessa rede e perceber seu papel no processo de tomada de decisão legislativa. Assim, nos parece importante desenvolver um esquema pelo qual o valor e a função das diferentes fontes de informação para o Congresso possam ser medidas. Para tanto vamos descrever brevemente as necessidades do Legislativo e oferecer uma classificação dessas fontes de informação.

I.1. NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO DO LEGISLATIVO

Para que se tenha uma idéia das necessidades de informação do Congresso deve-se estender o que faz o Legislativo, e para tanto seria necessário reunir funções tão diversas e numerosas que pareceriam a listagem de um pequeno catálogo. Não há um aspecto que permita unificar todas essas funções ou que predomine sobre as outras. Legislar é, sem qualquer dúvida, a função principal do legislador e esta é uma função que cobre uma vasta área de atividades.

Quase todas as idéias podem alcançar um status de lei, e as constantes mudanças dos interesses e das preocupações públicas refletem-se na instabilidade da legislação.

Não existe, em nosso entender, lei ou regulamento que resolva um problema para sempre ou que determine uma solução imutável. Assim, a constante ampliação do conhecimento nas áreas das ciências exatas e das relações humanas criam inevitavelmente uma grande pressão nas necessidades de informação do legislador.

Entretanto, a atividade legislativa absorve apenas uma porção do tempo do legislador. Existem outras três importantes funções nas quais o Congresso está profundamente envolvido e que, por sua parte, criam necessidades adicionais de informação. Trata-se da representação política, do controle dos atos executivos, e da fiscalização financeira e orçamentária.

Todas essas funções estão intimamente inter-relacionadas

mas cada uma delas cria necessidades informativas específicas em cujo ambiente o legislador é ao mesmo tempo receptor e fonte de informação.

Na prática dessas funções o legislador enfrenta uma série de responsabilidades, as quais são envolvidas por uma grande quantidade de dados. A tarefa legislativa no plenário, que tem abertura no Diário do Congresso, é apenas a ponta de um "iceberg"⁸ que vai fundo nas atividades oceânicas de um indivíduo que deve estar atualizado em relação às proposições legislativas mais recentes e que, como membro de várias comissões permanentes e especiais, participa de um bom número de sessões, onde deve demonstrar conhecimento detalhado da legislação específica bem como das atividades dos órgãos executivos correspondentes.

O legislador deve ouvir representantes de grupos de interesse preocupados com assuntos tão diversos como planejamento familiar e construção de usinas atômicas, e, ao mesmo tempo, pressionar a burocracia para que libere verbas para seu município ou Estado, ou pesquisar num tribunal superior sobre a situação de um agravo de uma eleitora importante. Ele recebe milhares de correspondências por ano - todas a serem respondidas, já que acima de tudo ele é um político e entende a importância de uma solicitação de um conterrâneo, um eleitor.

Em seu processo de tomada de decisão o principal problema do legislador não é o de escassez de informações⁹. Ao contrário, ele está tratando com uma profusão de necessidades e assuntos, provenientes de uma multiplicidade de agentes. A informação que é finalmente aceita deve responder a atitudes definidas, percepções e expectativas relacionadas à sua ideologia política e à sua carga de representatividade.

O desafio está onde e como obter informação útil e substancial que possa ser aplicada às tarefas legislativas¹⁰, ou seja, criar filtros para a gigantesca quantidade de dados que sufocam o legislador, mas filtros sensíveis ao fato de que as necessidades de informação de um legislador são ao mesmo tempo de natureza técnica e política. Os deputados e os senadores devem obter dados confiáveis com um mínimo esforço, ou seja, eles precisam transpor terminologias complexas e ao mesmo tempo estabelecer os efeitos das tomadas de decisão em suas vidas políticas. Em resumo, o legislador confiará no agente de informação habilitado a provê-lo com um produto que apresente as características dessa dualidade técnico-política.

I.2. FONTES E AGENTES DE INFORMAÇÃO

Muitos têm escrito a respeito de fontes de informação para o Legislativo, mostrando-se claramente que há um alto nível de preocupação por parte dos estudiosos nesta área¹¹. Entretanto, com poucas exceções, as análises têm acentuado aspectos externos do problema ou têm indicado algumas possíveis fontes de informação que podem servir ao legislador. Listas extensas, algumas delas extremamente bem classificadas¹², indicam instituições públicas e privadas habilitadas a fornecer informação de utilidade ao Congresso. Esses catálogos em alguns casos representam uma necessidade justificada do legislador e podem mesmo preencher alguma solicitação legislativa.

Uma pesquisa desenvolvida por Subcomissão Especial da Câmara de Representantes do Congresso dos Estados Unidos¹³, para verificar as necessidades de informação e análise dos membros daquela Casa do Congresso Americano, foi estudada pelo Centro de Estudos Políticos do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Michigan e levou às seguintes conclusões:

- a) necessidade por informação avaliativa e interpretativa é sentida intensamente;
- b) há necessidade de informação sobre procedimentos, mas não com a mesma intensidade que é sentida por informação avaliativa e interpretativa;
- c) há pouca necessidade pelo conteúdo original dos documentos, pois tanto os legisladores como seus assessores estão impossibilitados, no tempo que lhes é disponível, de ler os textos originais dos documentos que lhes são fornecidos.

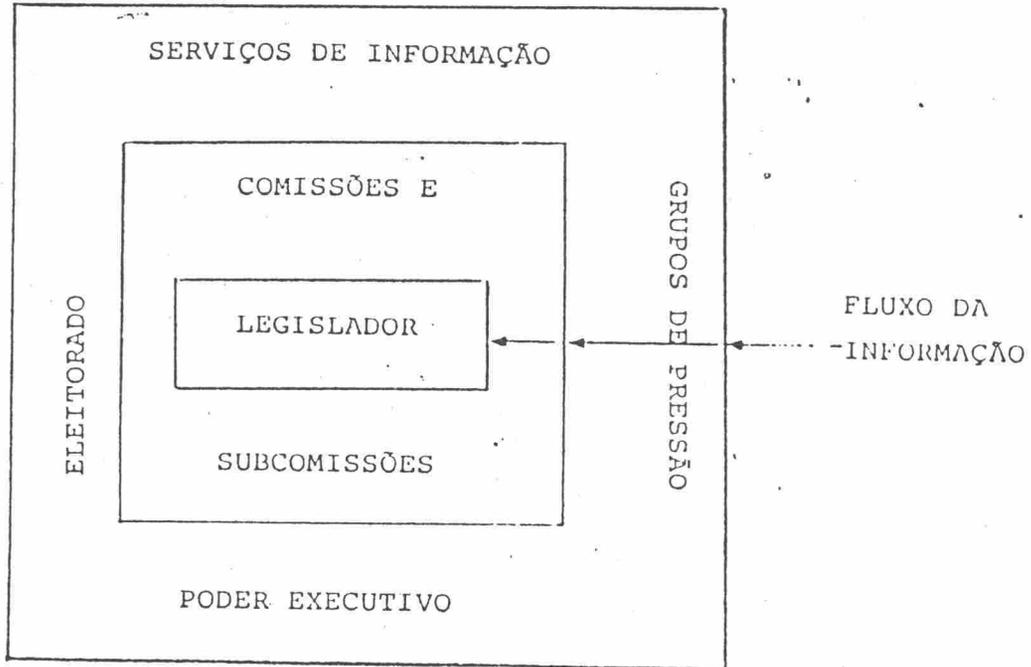
Estes resultados parecem indicar claramente que os tipos de fontes ou agentes informativos necessários aos legisladores são aqueles que fornecem ao usuário material de caráter avaliativo de forma rápida e abrangente. O agente ou fonte informativa deve oferecer ao legislador um produto que possa ser rapidamente absorvível e que possa ser julgado de acordo com o seu perfil pessoal, social e político.

Os agentes e fontes de informação para o Legislativo são tão numerosos como os componentes da sociedade em que o mesmo existe. Assim, os legisladores e seus assessores poderão trocar suas prioridades em função das demandas sócio-políticas do momento, situação que os levará a usar as fontes e agentes informativos de acordo com o tempo disponível, a importância do assunto, a autoridade da fonte

ou do agente e a possibilidade de acesso aos mesmos.

Chartrand¹⁴ tentou desenvolver um modelo no qual os agentes e as formas de informação dos quais depende o Congresso dos Estados Unidos pudesse ser bem definido. Sua visão do processo pode ser exemplificada na figura abaixo.

AGENTES DE INFORMAÇÃO



FORMAS DE INFORMAÇÃO

- | | | |
|---------------------|---------------------|------------------|
| Livros | Cartões perfurados | Pareceres |
| Correspondência | Notícias | Fitas magnéticas |
| Pesquisas e estudos | Fotografias | Filmes |
| Discursos | Traduções | etc. |
| Dados estatísticos | Comentários verbais | |

Apesar de que o trabalho de Chartrand seja um importante passo pioneiro na sistematização do fluxo da informação no Legislativo, seu modelo parece apresentar duas deficiências específicas: é unidirecional, isto é, segundo seu enfoque a informação atravessa diferentes linhas sem sofrer qualquer modificação ou rebote, e a outra deficiência em seu modelo é a inflexibilidade e hierarquização do fluxo, ou seja, a informação deve sempre atravessar os filtros estabelecidos antes de ser absorvida pelo legislador. Contudo, ele aponta importantes agentes de informação que também são citados por outros autores.

Entin¹⁵ cita o Executivo, os partidos políticos, os grupos de interesse, os meios de comunicação de massa, o eleitorado, e os bureaus de informação entre as várias fontes externas de referência informativa para os legisladores, mas acentua a importância

Jones¹⁶, em interessante artigo sobre a habilidade do Congresso em desenvolver análise de políticas, demonstra que a forma pela qual o Legislativo está organizado para colher dados é um dos maiores obstáculos para uma análise clara dos problemas enfrentados pelo legislador. Ele caracteriza o processo através do qual os legisladores obtêm dados sobre os problemas públicos, como sendo qualquer coisa, menos como completo e sistemático. Entretanto o autor cita os seguintes meios, como os principais, utilizados pelo legislador para coligir informações: campanhas políticas; viagens à aérea; leitura de correspondência; assistência às reuniões de comissões e aos debates em plenário; revisão de informações supridas pelos assessores e serviços de informação do Congresso; e contatos com grupos de pressão e diferentes agências do Poder Executivo.

Outro importante agente de informação é a comunidade científica, a qual como observa Frye¹⁷ "tem grande peso em certas áreas do Congresso" e cujas instituições acadêmicas são vistas pelos legisladores como as fontes mais importantes de especialização e assessoria¹⁸. Há mesmo o caso do parlamentar norteamericano Mike MacCormak que em muitas ocasiões sugeriu que sociedades científicas tivessem sede em Washington para servir como agentes de informação do Congresso em questões técnicas¹⁹.

I.3. CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES DE INFORMAÇÃO DO LEGISLATIVO

Como mencionado anteriormente, os agentes de informação do Legislativo são tão numerosos quanto os componentes da sociedade em que o mesmo existe. Entretanto, tentamos desenvolver uma classificação desses agentes na esperança de que, mesmo com as características arbitrárias das classificações, esta sirva como instrumento de sistematização do que foi exposto até aqui.

Dividimos os agentes de informação do Legislativo em duas categorias amplas, Internos e Externos, que assim definem-se de acordo com sua maior ou menor proximidade administrativa e institucional com o Poder Legislativo.

Agentes Internos são aqueles colocados à disposição dos legisladores e dos funcionários dentro do meio ambiente cuja jurisdição tem sido legal e historicamente do legislativo, e também aqueles criados especialmente para dar-lhe apoio informativo.

Estes agentes Internos, por sua vez, são subclassificados em Diretos e Indiretos. Os primeiros pertencem e agem em nome

que exclusivamente nas estruturas e organizações administrativas de cada uma das Casas do Congresso, os últimos referem-se aquelas agências ou serviços criados especialmente por lei para servir aos congressistas, às Comissões e ao quadro funcional. A diferença entre os dois localiza-se no grau de autonomia administrativa que cada grupo e seus componentes possuem em relação à estrutura administrativa de cada Casa.

Os Agentes Externos são aqueles fora da jurisdição administrativa do Congresso e classificam-se em três subcategorias: Agentes Externos Públicos, Agentes Externos Privados e Agentes Externos Estrangeiros ou Internacionais.

Com isso podemos então desenvolver uma classificação para os agentes de informação do Legislativo.

AGENTES DE INFORMAÇÃO DO LEGISLATIVO

AGENTES INTERNOS

AGENTES INTERNOS DIRETOS

- Grupos parlamentares
- Comissões (permanentes e especiais)
- Lideranças partidárias
- Biblioteca e Serviços de Referência
- Legisladores
- Gabinetes
- Funcionários

AGENTES INTERNOS INDIRETOS

- Centro de Informática
- Centro Gráfico
- Institutos de Pesquisas (IPEAC, instituições partidárias de pesquisa)

AGENTES EXTERNOS

AGENTES EXTERNOS PÚBLICOS (federais, estaduais ou municipais)

- Presidência, Governadoria ou Prefeitura
- Ministérios, Secretarias
- Autarquias e outras entidades públicas
- Assessorias ministeriais no Congresso
- Partidos políticos

AGENTES EXTERNOS PRIVADOS

- Associações classistas, profissionais e "lobbies"
- Eleitorado
- Fundações e outras instituições privadas
- Serviços de Informação e Imprensa
- Organizações não-lucrativas
- Instituições Acadêmicas e de Pesquisa

AGENTES EXTERNOS ESTRANGEIROS E INTERNACIONAIS
Organizações internacionais
Representações e Embaixadas

I.4. CONCLUSÃO

Esta visão rápida e esquematizada das necessidades, das fontes e agentes de informação no ambiente legislativo, tende a nos indicar que o processo decisório exige informações que sejam, ao mesmo tempo, de natureza técnica e política. Isto significa que a análise objetiva de qualquer assunto terá relevância como informação, para a tomada de decisão, na proporção direta em que ela venha a sustentar pontos de vistas subjetivos do usuário final.

Assim, no ambiente legislativo a fonte ou agente de informação mais eficaz não será automaticamente a que possua mais "know-how" (saber-como), mas a que possua mais "know-who" (saber-quem), ou seja, aquela habilitada a reconhecer e a cruzar as barreiras de valores com os dados significativos.

Quanto ao nível de aceitação dos dados pelo usuário final (o legislador), parece que o mesmo caracteriza-se: pelo grau de confiabilidade existente entre esse usuário e a fonte ou agente de informação; pela proximidade ou convergência de interesses entre os mesmos; pela intensidade das relações sociais, políticas e técnicas; e pelo ponto onde estes relacionamentos tomam lugar: Além disto, graças às mutações no processo legislativo, à quantidade e diversidade das necessidades de informação, e à experiência e ao treinamento do usuário final, a aceitação também depende da rapidez, do formato e da inteligibilidade dos dados que estejam sendo fornecidos.

A percepção destes fenômenos e das variáveis que afetam o processo informativo no ambiente legislativo parecem indicar que as fontes e agentes de informação ali existentes devem fornecer tipos diferentes de dados, os quais devem ser processados e preparados para usos e níveis diversos.

Nisto tudo, os computadores somados à percepção inteligente do meio ambiente legislativo são fatores importantes decisivos na retomada pelo Legislativo de suas funções e competências históricas.

9

CITAÇÕES

1. JANDA kenneth, Information Systems for Congress, In Congress: The First Branch of Government, Alfred de Grazia (ed) Washington: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1966 p. 415.
2. TRUMAN, David (ed). The Congress and Americas Future. Englewoods Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1965 p.1.
3. KEEFE, William J. The American Legislative Process: Congress and the States, Englewood Cliffs, NJ: Prentice - Hall, 1965 p.483.
4. WHEARE, K.C.Legislatures. N.York: Oxford University Press , 1963 p. 416.
5. JANDA, op. cit p.416.
6. KEEFE, op.cit.p.483
7. DECHERT, Charles R.Availability of Information for Congressional Operations. In Congress: The First Branch of Government.
Alfred de Grazia (ed). Washington, DC: American Estreprise Institute for Public Policy Research, 1966.
8. SYMMES, Harrison M. The Information Interlationship Between Congress and the Academic World, In ASIS Bulletin 1 (9) 16 abril 1875.
9. ENTIN, Kenneth Information Exchange in Congress: The Case of the House of Representatives.
10. CHARTRAND, Robert L. Congress in the Information Age. In ASIS Bulletin 1 (9) 3 abril 1975.
11. CHARTRAND, Robert, Information Science in the Legislative Process. In Annual Review. Washington, DC.: ASIS, 1976 p. 299-344.(Esta obra traz uma extensa bibliografia sob um enfoque cronológico).
12. US Congress: House. Commision on Information and Facilities 94th Congress 2nd.Session. 1976. Inventory of Information Resources for the US House of Representatives (parts I,II, III,IV). Washington, DC: Governmente Printin Office, 1976..
13. US Congress, House.91st Congress, 2nd Session. 1970.Committee on House Administration. Second Progress Report of the Special Committee on Electrical and Mechanical Office Equipment. Prepared by Workin Group on Automatic Data Processing for the House of Representatives .Washington, DC:GPO, 1970.
14. CHARTRAND, Robert L. The Potencial for Legislative Utiliza tion of systems Technology. In Journal of Constitucional and Parliamentary Studies, VIII n 1 jan-Mar 1969.

15. ENTIN, op. cit. nota 9.
16. JONES, Charles O. Why Congress Can't do Policy Analysis. In Policy Analysis 2: 251-264 SPRG. 1976.
17. FREYE, Alton Congressional Politics and Policy Analysis: Buiding the Gap. In: Policy Analysis 2:265-281 SPRG 1976.
18. DECHERT, op. cit nota 7.
19. Technological Assessment: A New Tool for Congres. In Congress Quarterly Weekly Report 31:772-775 abril 1973.

II. O SISTEMA DE INFORMAÇÃO COMPUTARIZADA NO SENADO FEDERAL

II.1. Breve histórico.

O trabalho de retrospectiva, sobre a viabilidade da utilização de técnicas de processamento eletrônico de dados nas atividades do Poder Legislativo brasileiro, teve início a 16 de outubro de 1970 através de Ato do Presidente do Senado Federal, o qual determinava o início de estudos visando tal objetivo.

Em 1971 formaliza-se a criação do PRODASEN (Centro de Processamento de Dados do Senado Federal) e criam-se condições administrativas e funcionais para o desenvolvimento e constituição do órgão, o qual foi definitivamente instituído a 12 de outubro de 1972.

II.2. A base ideológica.

A preocupação dos criadores do PRODASEN sustentava-se basicamente nos seguintes aspectos:

- .constatação nos meios parlamentares de que lhes faltavam recursos informacionais rápidos e precisos;
- .deficiência de recursos humanos especializados (assessores) para enfrentar o volume e complexidade das tarefas que lhes eram destinadas pelo processo legislativo;
- .situação explosiva, desagregada e irracional do conjunto de normas que compunham o Direito Positivo Brasileiro, exigindo uma metodologia que possibilitasse a consolidação e sistematização do mesmo;
- .desconhecimento da jurisprudência por parte dos legisladores;
- .necessidade de modernização administrativa visando otimizar o processo decisório.

II.3. O modelo inicial.

Em sua fase inicial o projeto de informação a ser desenvolvido definiria dois grandes sistemas:

a-Sistema de Informação Legislativa - SIL -, destinado "a prover os recursos necessários ao atendimento das diferentes áreas de informação requisitadas pelo trabalho do Parlamento;

b-Sistema Administrativo Integrado - SAI -, destinado "a prover recursos necessários à modernização das atividades-meio desenvolvidas por diferentes entidades da estrutura admi

nistrativa de ambas as Casas do Congresso".

O Sistema de Informação Legislativa (SIL) teria seu desenvolvimento desdobrado em duas fases: fase de implantação, com o desenvolvimento do software e na conversão de arquivos manuais preexistentes para meios magnéticos acessíveis ao processamento de dados;

.fase de revisão e expansão, a qual previa a correção de falhas existentes e o enriquecimento dos arquivos mediante o desenvolvimento ou o acesso a outros bancos de dados.

O SIL compunha-se dos seguintes subsistemas:

- Referência Legislativa
- Referência Bibliográfica
- Controle de Projetos e Comissões
- Elaboração e Controle do Orçamento
- SDI - Disseminação Seletiva de Informações
- Administração da Biblioteca

II.4. Revisão Teórica e Reestruturação da Proposta

A vivência com os problemas parlamentares, a compreensão mais refinada das atividades político-legislativas e a própria inteiração entre o sistema e os usuários finais, os legisladores, levou ao desenvolvimento de um quadro teórico mais complexo, onde as informações computarizadas passaram a ser categorizadas de acordo com as diferentes necessidades do parlamentar, agora também visto como um agente no processo informativo.

Essa nova visão fica clara no quadro desenvolvido pelas Drs. Sérgio Otero e Arianni Wiener, funcionários do PRODASEN, os quais procuram sistematizar, tomando o parlamentar como centro do processo, as influências e determinações do meio social, os posicionamentos político-ideológicos, as relações com as bases eleitorais e as responsabilidades de legislador e de fiscalizador do governo. O quadro desenvolvido pelos Drs. Otero e Wiener procura mostrar todas essas situações que, ao mesmo tempo, geram informações e criam necessidades informativas.

Assim, os Parlamentares passam a ser entendidos como indivíduos com responsabilidades e status múltiplos, para os quais são necessários sistemas informativos diferenciados mas integrados.

Para as diferentes funções parlamentares são criados ou previstos sistemas informativos especiais. Por exemplo, para as responsabilidades parlamentares de fiscalização do Executivo cria-se um sistema de acompanhamento orçamentário e prepara-se a criação de um sistema de fiscalização

da atuação do Executivo; para as responsabilidades parlamentares de legislação desenvolve-se um sistema de elaboração legislativa com bancos de dados relevantes na área de normas, projetos, teoria jurídica, manifestações parlamentares, etc.

II.5. Sistemas Disponíveis

Em vista desse cenário de necessidades informativas os dados disponíveis através de computador, para os legisladores brasileiros, foi tomando a configuração de um conjunto de sistemas os quais procuram responder aos interesses de informação do legislador em suas variadas funções parlamentares.

Basicamente são os seguintes os sistemas disponíveis.

II.5.1. Sistema de Informação do Congresso Nacional - SICON

O SICON é um conjunto de bancos de dados cujas informações visam especialmente o apoio informativo às funções legislativas dos parlamentares. Seus dados abrangem as áreas jurídico, legislativa, bibliográfica, eleitoral e orçamentária.

Os diferentes bancos de dados componentes do sistema são gerenciados, ou seja, alimentados, corrigidos e coordenados, de forma descentralizada, por órgãos especializados da estrutura do Congresso tais como a Biblioteca, a Subsecretaria de Análise, a Sinópse, órgãos que por sua vez centralizam e coordenam redes de alimentadores externos em suas áreas de ação. Além disso órgãos do judiciário, coordenados pelo Senado Federal, alimentam e mantem bancos de dados em suas respectivas jurisdições temáticas.

São os seguintes os bancos de dados componentes deste sistema:

Normas Jurídicas -NJUR (nº de doc^S =228959)

Este banco, coordenado pela Subsecretaria de Análise do Senado Federal, está subdividido em dois níveis:

NJR1 - com as normas editadas desde 1946 até a presente data, incluindo-se aí das normas constitucionais até os decretos executivos (referências e textos-integrais)

NJR2 - normas de hierarquia inferior, especialmente as que regulam as atividades dos diferentes ministérios que formam a rede de alimentadores ligados à Subsecretaria de Análise do Senado Federal.

Jurisprudência - JURI (nº de doc^S = 194600).

Este banco mantém referências a acordãos, decisões e súmulas adotados pelos tribunais superiores. Os dados são alimentados e mantidos pelos próprios tribunais dentro dos parâmetros previstos pelo sistema.

É a seguinte a subdivisão.

.Jurisprudência so Supremo Tribunal Federal - JSTF.

.Jurisprudência do Tribunal Federal de Recursos JTFR.

.Jurisprudência do Tribunal de Contas da União- JTCU.

.Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Superior do Trabalho e do Superior Tribunal Militar estão sendo implantadas no banco de dados genérico - JURI.

Biblioteca e Periódicos- BIPE (nº de doc^S = 237.170).

Neste banco são mantidas referências a livros, monografias, folhetos e artigos de periódicos que constituem o acervo das bibliotecas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, além do acervo de grande número de bibliotecas ministeriais que compõem a rede coordenada pela Biblioteca do Senado Federal.

Discursos - DISC (nº de doc^S=50943).

O banco de dados DISC é subdividido em dois;

-discursos de Senadores -DISS

-discursos de Deputados -DISD

Neles constam referências aos pronunciamentos de parlamentares ou outras autoridades, desde que ocorridos no plenário do Senado ou do Congresso Nacional. O banco de dados DISD foi criado para acompanhar especialmente as manifestações dos deputados durante as reuniões da Assembléia Nacional Constituinte em 1987 e 1988.

A responsabilidade pela manutenção deste banco de dados é da Subsecretaria de Análise do Senado Federal.

Matérias Legislativas- MATE (nº doc^S= 79991).

Este banco de dados é composto por referências às matérias legislativas que tem tramitado nas Casas do Congresso Nacional deste 1946. Ele está desdobrado da seguinte forma:

PROJ - Projetos.

PROJ1 - Matéria em tramitação no Senado Federal.

PROJ2 - Matéria em tramitação na Câmara dos De-

REMI - Remissivos.

REM1 - matéria que teve a tramitação interrompida no Senado Federal.

REM2 - matéria que teve a tramitação interrompida na Câmara dos Deputados.

As seções de Sinótese do Senado Federal e da Câmara dos Deputados são responsáveis pela manutenção deste banco de dados.

Cadastro da Administração Federal - MEMO (nº de doc^S = 21150).

Importante arquivo computadorizado sobre a organização da Administração Pública, pois contém dados sobre a natureza, composição, estrutura, finalidade, legislação e endereço dos órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundações da federação brasileira.

A responsabilidade pela alimentação e manutenção dos dados é da Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa da Presidência da República.

Índices Controlados (nº de doc^S=27066).

O sistema possui dois índices para controle do vocabulário, ambos estruturalmente compatíveis e estão em fase de estudos para integração:

THES - Dicionário de Termos Controlados. Este arquivo de termos é alimentado e mantido pela Subsecretaria de Análise e é utilizado para as referências de assunto pelos bancos NJUR, DISC, JURI e MATE.

VCBS - Vocabulário Controlado Básico. Este arquivo de termos é alimentado e mantido pela Subsecretaria de Biblioteca e é utilizado para as referências de assunto pelo banco de dados BIPE.

Sistema de Informações Eleitorais - SIEL.

Este sistema arquiva informações, quantitativas, geográficas e nominais das eleições municipais, estaduais e federais para cargos de prefeitos, vereadores, governadores de estado, deputados estaduais, deputados federais e senadores. Há uma subdivisão de acordo com as eleições:

SE78

Eleições para o Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas Estaduais.

SE82

Eleições para governorias, Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas. Há também informações sobre os resultados para os cargos de prefeito.

A manutenção do banco de dados é de responsabilidade dos Tribunais Regionais Eleitorais. 16

Sistemas de Informações Orçamentárias

Este sistema subdivide-se em dois:

Subsistema de Orçamento - ORCA.

Dados relativos aos orçamentos da União e do Distrito Federal, abrangendo as fases do projeto, da Lei Orçamentária e do Orçamento Final (acrescido de Créditos suplementares).

Este subsistema é alimentado e mantido pelas Assessorias de Orçamento do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Subsistema de Acompanhamento Orçamentário -ACOR

Este banco de dados oferece informações sobre a execução orçamentária e indica as transferências de recursos da União para os Estados, Territórios, Municípios e Distrito Federal, a partir de 1982, mês a mês e por tipo de tributo. Informa também sobre as receitas arrecadadas por Estado, mês a mês, por tipo de tributo, desde 1983.

O Tribunal de Contas da União é responsável pela alimentação e manutenção deste banco de dados.

Sistema Notícias

Este banco de dados é composto de informações desenvolvidas pela agência notícias do Senado Federal e por agências públicas ou privadas especialmente contratadas. Sua função é assegurar ao legislador conhecimento de assuntos que serão tratados pela imprensa.

A Secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado Federal é responsável pela manutenção e Coordenação do banco de dados.

II.5.2 Sistemas Legislativos

Agrupam-se neste conjunto de banco de dados alguns recursos informacionais e de informática para órgãos do Senado Federal que participam do processo legislativo. São recursos desenhados para uso exclusivo das áreas que atendem em vista de suas necessidades específicas.

Destacam-se entre estes instrumentos os seguintes:

Sistema de Apoio às Comissões -SACI

É um instrumento da maior importância para Comissões Parlamentares de Inquérito, pois permite acesso a informações de depoimentos, atas de reuniões, recortes de jornais relevantes, etc. O SACI tem dado apoio aos relatores e aos membros das comissões parlamentares especialmente nas fases de questionamento e comparação de dados fornecidos pelos depoentes.

A responsabilidade de manutenção e utilização do sistema é da Subsecretaria de Comissões do Senado Federal e da organização da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Este sistema foi desenvolvido especialmente para apoiar os parlamentares em suas atividades como constituintes no período de 1987 e 1988:

Sugestões da População à Constituinte -SAIC.

Um total de aproximadamente 80.000 sugestões enviadas pela população brasileira (indivíduos, organizações, etc) foram incluídas neste banco de dados, sendo possível a recuperação dessas sugestões através do assunto, informações econômicas, geográficas e demográficas.

Sugestões dos Constituintes - SGCO (nº de doc^S = 11989).

Sugestões oferecidas pelos parlamentares na fase prévia ao processo constituinte. Podem ser acessadas pelo nome e partido do parlamentar, pelo texto da ementa e por assunto.

Constituições - CON (nº de doc^S = 6.704).

Consiste do texto integral de todas as constituições brasileiras e de mais de 30 constituições de diferentes países. Este banco é uma duplicação computarizada de edições publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal no período de 1987 e 1988.

Recortes de Jornais - JRN (nº de doc^S = 34.124).

Consiste de referências a notícias publicadas nos principais jornais do País relativamente a assuntos constitucionais. O banco foi desenvolvido pela Subsecretaria de Biblioteca do Senado Federal, sendo o acesso por autor, título, nome do periódico, assunto e personalidades mencionadas.

Apresentação de Emendas - APEM (nº de doc^S = 72.127).

Consiste dos projetos e anteprojetos da Constituição e respectivas emendas apresentadas pelos senadores constituintes nas diferentes fases do processo de elaboração constitucional. Os documentos estão em texto integral, podendo ser acessados pela fase de elaboração constitucional, por Comissão ou Subcomissão competente, pelos termos do texto e por assunto.

Sistema de Subvenções Sociais - SBV.

Trata-se de um banco de dados de grande interesse para os políticos, pois através do mesmo é controlado a distribuição e o pagamento das subvenções sociais concedidas (até a Constituição de 1988) pelos parlamentares às entidades registradas no Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação e às entidades públicas. As informações relacionam-se à distribuição de verbas destinadas àquelas entidades nos últimos tres anos e a situação de pagamento pelo nome de entidade, do município e da unidade da Federação.

18

A responsabilidade pela alimentação e manutenção deste banco de dados é da Subsecretaria de Orçamento do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do Conselho Nacional de Serviço Social e da Secretaria de Informática do Ministério da Educação.

II.5.3. Programa de Informação de Gabinetes Parlamentares - PROTEUS

No Senado Federal, o gabinete parlamentar é um importante órgão de atividades não só administrativas, mas especialmente políticas. Trata-se de um centro de contatos, troca de informações, representação e base para o titular, para o partido político e para o eleitorado. Assim, o desenvolvimento de um sistema, que possibilite as vantagens técnicas da automação no atendimento das necessidades específicas do parlamentar, é a finalidade do PROTEUS. Este sistema é estruturado através dos seguintes produtos:

Sistema de Controle de Correspondência -CACR.

Permite o acompanhamento e a distribuição das correspondências recebidas e enviadas. O sistema permite o acesso e arquivamento dos documentos e oferece um módulo estatístico para que o parlamentar acompanhe sua ação e impacto políticos.

Sistema de Endereçamento Parlamentar - SEP.

Permite o controle, classificação e seleção da correspondência a ser enviada pelo parlamentar. O SEP emite cadastros de endereços e etiquetas para endereçamento.

Sistema Memória.

Permite, de maneira fácil, que o Gabinete crie arquivos com dados e informações privativas e estruturados de acordo com o interesse e necessidades do parlamentar.

Sistema de Processamento de Texto - SPT.

Edita e arquiva documentos de interesse do Gabinete Parlamentar.

Sistema Telex Integrado -TEIA.

Transmite, recebe e arquiva mensagens telegráficas recebidas ou enviadas pelo Gabinete Parlamentar, faturando os custos para posterior cobrança.

II.5.4 Bases de Dados Externos.

Visando apoiar os parlamentares no acesso a informações residentes em banco de dados exteriores, públicos ou privados, o PRODASEN mantém uma política de interligação e troca de informações com entidades que as produzem fora do ambiente do Congresso Nacional.

Entre os bancos de dados acessados encontram-se:
ARUANDA

Base de Dados do Serviço Federal de Processamen-

to de Dados (SERPRO) com inúmeros bancos de dados econômico-financeiros.

SIDRA

Informações relativas aos Censos e outros levantamentos promovidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Há bases com dados demográficos, agropecuários, industriais, comerciais, econômicos, serviços, etc.

II.5.5. Sistemas Administrativos.

Para dar suporte às tarefas administrativas dos diferentes setores do Congresso, e do Senado Federal especialmente, existem os seguintes sistemas, cujo acesso é restrito aos órgãos responsáveis pela alimentação e manutenção dos dados respectivos:

Sistema Administrativo Integrado - SAI.

Neste sistema estão integrados subsistemas relacionados à folha de pagamento, histórico funcional, cadastro de fornecedores, bens patrimoniais, almoxarifado, orçamento do Senado Federal, contabilidade e módulos estatísticos.

Sistema de Administração de Bibliotecas - SABI

Controle de circulação, aquisição, acervo, processo técnicos e estatísticos da Biblioteca do Senado Federal.

Sistema Médico - SIM

Apoio ao Serviço Médico do Senado Federal, através do desenvolvimento de dados de pesquisas biomédicas e estatísticas, armazenamento de prontuários médicos e fornecimento de dados gerenciais para controle de atendimentos, beneficiários e desenvolvimento de agenda médica.

Sistema de Acompanhamento de Processos Administrativos - PROT.

Este sistema acompanha o andamento e as decisões tomadas em relação aos processos administrativos no Senado Federal.

Sistema de Composição de Textos do CEGRAF.

Todas as matérias originadas no Congresso Nacional são encaminhadas ao Centro Gráfico do Senado Federal para impressão. Este sistema racionaliza o processo industrial através do processamento eletrônico dos textos que são alimentados, revisados e fotocompostos através de terminais. O material é armazenado em fita e discos magnéticos para uso posterior.

Programa Taquigráfico - PORTA.

Este sistema permite a imediata edição dos textos taquigrafados para correção e envio, em forma magnética para o Centro Gráfico. É um sistema que aumenta a agilidade e a racionalização na difusão da informação legislativa para o público.

II.6. Usuários.

O sistema de informação desenvolvido pelo Senado Federal através do PRODASEN objetiva basicamente os usuários do Senado e da Câmara Federal, entretanto, com a interação e comple mentação de informações necessárias às atividades legislativas, um número crescente de órgãos da Administração Federal, especial_{mente} os Ministérios, tem não só tido acesso aos dados do Sistema, mas também alimentado alguns bancos de dados.

Atualmente é política do Senado Federal permitir acesso e emprestar a tecnologia computacional para todas as As_{sembléias} Legislativas e outros corpos legislativos do País, em tendendo com isto, que assim se está reforçando a democracia e o sistema parlamentar.

No total os usuários com terminais são os seguin_{tes}:

No Congresso Nacional	644
Em Brasília	81
No Brasil	49
Total	744.

III. O Banco de Dados de Normas Jurídicas-NJUR -
Rápido Estudo de Caso.

É relevante para a ocasião deste encontro en-
focar mais detalhadamente, mesmo que com brevidade, sobre o banco
de dados de Normas Jurídicas NJUR, o primeiro e mais extenso
dos arquivos de dados armazenados no PRODASEN, cuja responsabi-
lidade pela alimentação e manutenção é da Subsecretaria de Aná-
lise do Senado Federal.

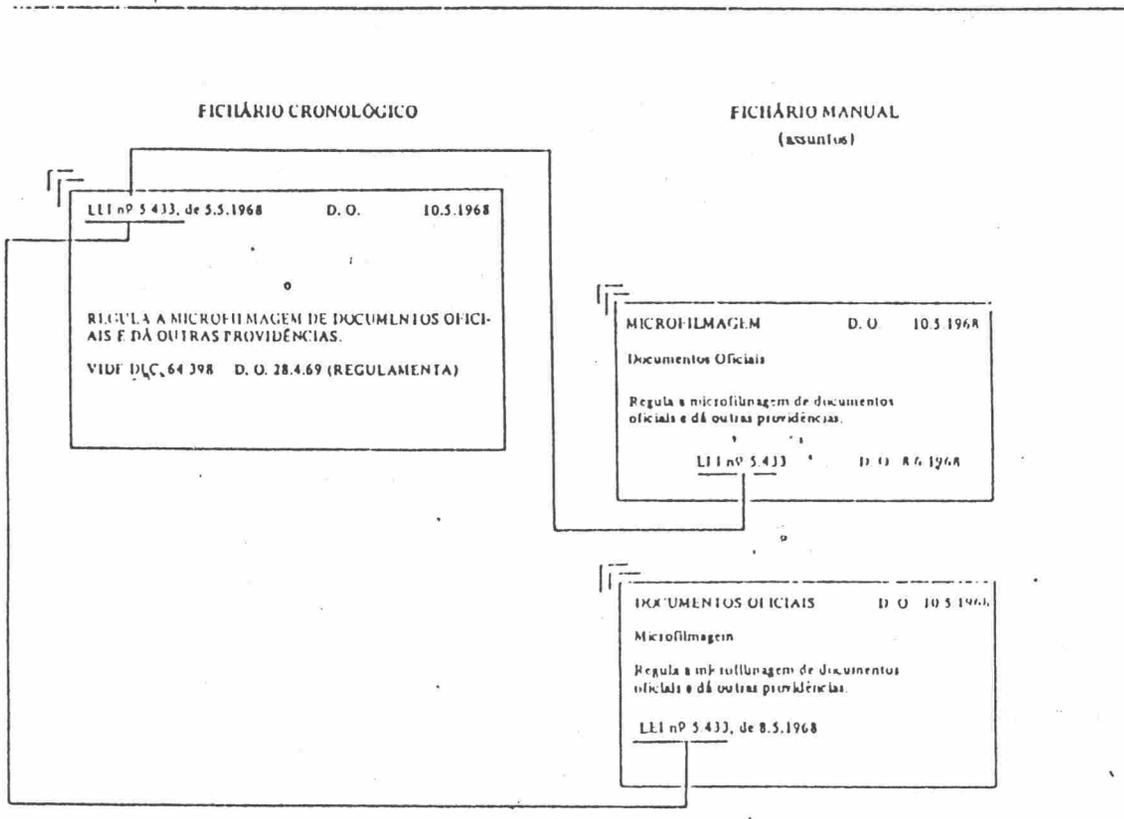
III.1. Histórico e Acervo Inicial.

A Resolução nº 58/72 do Senado Federal, além
de criar o PRODASEN, transformou a Seção de Referência Legisla-
tiva da Biblioteca do Senado em Subsecretaria de Análise, su-
bordinada à Secretaria de Documentação e Informação. O ato le-
gislativo ainda dava a Subsecretaria de Análise a responsabili-
dade regulamentar de desenvolver, entre outros, bancos de dados
com informações legislativas, devendo para tanto estruturar uma
metodologia de análise e recuperação de documentos, tendo inclu-
sive que criar um vocabulário controlado.

Na transformação a Subsecretaria herdou, como
instrumental de trabalho o acervo de Diários Oficiais e um in-
portante fichário contendo referências à legislação brasileira
de hierarquia superior a partir de 1945. Este fichário, elabora-
do ao longo dos anos, não possuía uma formação fixa e um contro-
le sistemático da linguagem de acesso por assunto. Do ponto de
vista formal, entretanto, o arquivo manual subdivide-se em dois
grandes setores:

- a) fichas arquivadas por tipo de norma legal or-
ganizadas internamente em ordem numérica-cro-
nológica;
- b) fichas arquivadas por assunto, organizadas
internamente em ordem alfabética e trazendo
referência à ficha-mestra localizada no ar-
quivo cronológico;

FIG.01 -Exemplo do Fichário Manual.



O usuário tinha o acesso à informação limitado às variáveis assunto e/ou tipo-número. É importante mencionar que somente a ficha-mestra era completa, pois, além dos dados descritivos, tais como tipo, número, ementa e indicações sobre a publicação, ela também trazia informações referenciais muito relevantes: republicações, retificações e remissões: regulamentação, insubsistência, alterações, derrogação, revogação, etc.

Esse tipo de fichas referenciavam aproximadamente 68.000 (sessenta e oito mil) atos legislativos, genericamente chamados de normas.

III.2. Transposição para o computador

Mesmo antes da criação formal da Subsecretaria de Análise foi dado início à transposição dos dados existentes nos fichários mencionados para os arquivos eletrônicos do PRODASEN. Assim, quando da instalação definitiva do órgão, em janeiro de 1973, ficou definido que entre seus encargos mais importantes estava o de padronizar formal e textualmente os documentos já implantados e os a implantar.

Uma das tarefas primordiais da Subsecretaria, juntamente com o PRODASEN, foi a de criar um formato para aimentação de dados que levasse em conta as características dos dados e as funções operacionais oferecidas pelo soft-ware para

transposição dos manuais

O trabalho de formatação resultou num formulário que possui campos formatados (não-livres) e campos livres, nos quais podem ser incluídos respectivamente dados descritivos que apresentam uma certa rotina e normalidade, e dados subjetivos e discursivos que apresentam variações em cada documento. No primeiro caso estão dados relativos ao tipo, número, órgão de publicação, paginação e outros, no segundo caso estão os dados referenciais basicamente à ementa, à indexação e catalogação dos documentos.

Fig. 02 - Exemplo de Formato Gráfico do NJUR.

The diagram shows a form layout for data transcription. At the top left is the logo for 'Prodasen' (Entidade Informática e Processamento de Dados do Senado Federal). The main title is 'SICON FORMULÁRIO DE TRANSCRIÇÃO DE DADOS (NORMAS JURÍDICAS)'. The form is divided into several sections: a vertical column on the left for line numbers (1-20), a section for 'IDENTIFICAÇÃO' with fields for 'Nº', 'SÍMBOLO', and 'CÓDIGO', a section for 'ORIGEM' with fields for 'Nº', 'SÍMBOLO', and 'CÓDIGO', a section for 'PUBLICAÇÃO' with fields for 'Nº', 'SÍMBOLO', and 'CÓDIGO', and a section for 'FORMATO' with fields for 'Nº', 'SÍMBOLO', and 'CÓDIGO'. To the right of these are fields for 'ARTIGO', 'PAR', and 'ITEM'. Below these fields is a large grid for transcription with a vertical column on the left for line numbers (1-20).

Este formato gráfico foi utilizado por alguns anos, sendo atualmente substituído por um equivalente eletrônico que permite a atualização do banco de dados "on line".

O resultado de uma implantação está representado na figura que segue.

Fig. 03 Exemplo de Registro do NJUR

NJR002378689 DOCUMENT= 3 DE 53

ORIGEM LEGISLATIVO. LEI-005433 08 05 1968 BR

FONTE PUB DOFC 10 05 1968 003705 1.

TEXTO REGULA A MICROFILMAGEM DE DOCUMENTOS OFICIAIS E DE OUTROS PROVIDENCIAS.

VIDE DEC-064398/1269 DOFC 28/04-1968 GOVERO E PLANO ANUNCIADO 1968.

INDEXAÇÃO AUTORIZAÇÃO, TERRITÓRIO NACIONAL, MICROFILMAGEM, DOCUMENTO PARTICULAR, DOCUMENTO OFICIAL, MICROFILME, EFEITO, DOCUMENTO, NORMAS, ELIMINAÇÃO, TRANSFERÊNCIA, ARQUIVO, DOCUMENTO, MICROFILMAGEM, PROIBIÇÃO, ELIMINAÇÃO, MICROFILME, DOCUMENTO HISTÓRICO, PRAZO, REGULAMENTAÇÃO, AUTENTICAÇÃO, CERTIDÃO, MICROFILMAGEM, DOCUMENTO OFICIAL, DOCUMENTO PARTICULAR.

CATALOGO MICROFILMAGEM.

FIM DO DOCUMENTO

III.3. Metodologia do Trabalho

III.3.1. Recursos Humanos

A Subsecretaria de Análise, ao ser criada, conta va com pessoal treinado e experiente no campo da informação le- gislativa, tendo recebido posteriormente um reforço de assesso- res legislativos especializados em diferentes disciplinas e á- reas do Direito. Este grupo foi responsável pelo desenvolvimento da técnica de indexação atualmente em uso, a qual também recebeu subsídios de organizações acadêmicas nacionais e estrangeiras. Houve também uma profunda integração desses dois tipos de técni- cos com especialistas em informática do PRODASEN, o que permitiu uma compreensão, entendimento e troca de experiências da mais alta eficiência para o desenvolvimento do sistema.

III.3.2. Recursos Materiais

Além dos arquivos de referência já citados e da coleção de Diários Oficiais, a Subsecretaria contava, inicialmen- te com os recursos computacionais do PRODASEN:

- . hard-dare : IBM/370-158 com uma memória princi- pal do 1024K
- . soft-ware : programa produto SRAIRS
- ..utilitários para criação de dados
- ..utilitários para manutenção de banco de dados
- ..sistema "AQUARIUS" com funções operacionais pa- ra recuperação e organização de dados.

III.3.3. Condicionantes da Metodologia

A metodologia de trabalho no desenvolvimento do

*Banco de dados NJUR ficou condicionado
as seguintes variáveis*

. material herdado da Seção de Referência Legislativa, o qual, no caso dos fichários, já internalizava uma forma de análise, uma linguagem de indexação e um método de pesquisa desenvolvido através de 27 anos;

. pessoal originalmente disponível e aquele integrado posteriormente, determinando uma heterogeneidade em níveis de treinamento e áreas de interesse;

. meios computacionais (hard e soft-wares);

. objetivos formais de organização;

. características dos usuários finais, os quais apresentam as seguintes características;

.. diversidade de interesses;

.. diversidade de treinamentos;

.. intelegibilidade do produto informativo;

.. rapidez no acesso à informação referencial e ao documento original;

.. possibilidade de ampliação e complementação de informações.

III.3.4. O vocabulário controlado para Indexação e Pesquisa

O vocabulário controlado THES, utilizado para indexar e pesquisar, por assunto, os documentos no banco de dados NJUF desenvolveu-se através do trabalho dos especialistas em documentação, dos especialistas em ciências jurídicas e de sugestões trazidas por acadêmicos e pela literatura a respeito.

Apesar das tendências iniciais diferentes dentro do grupo formado, desejando alguns estruturar a linguagem de acordo com a divisão ortodoxa do Direito, outros desejosos de utilizar classificações gerais disponíveis na Biblioteconomia e alguns interessados em simplesmente sistematizar e continuar utilizando a linguagem dos fichários manuais a solução final resultou de uma adequação aos seguintes princípios básicos:

. alto nível de combinação e pós-coordenação;

. proximidade de linguagem natural em forma e conteúdo;

. familiaridade por parte dos usuários;

. maximização da utilização dos operadores disponíveis no "AQUARIUS" (uso de lógica booleana na pesquisa).

O vocabulário controlado conta atualmente com 14.000 termos, entre aqueles autorizados e não autorizados. Estão numa fase de pré-hierarquização havendo inclusive uma tendência à estabilização no crescimento dos termos quando comparado ao crescimento do número de documentos referenciados.

PRODASEN- 19/10/88	INDICE CONTROLADO (THESAURUS)	PAG. 00220
CADO DE CORTE	GARANTIA REAL	
CADO LEITEIRO	NOTA-E A QUE SE FUNDAMENTA NO	
TR -(PLANAM)	OFERECIMENTO DE UM BEM	
CADO ZEBU	(MOVEL, IMOVEL OU	
USE -ZEDUINO	EMOVENTE) PARA QUE NELE	
(CAE)	SE CUMpra EXECUÇÃO DA	
UP -GRUPO DE AVIAÇÃO EMBARCADA	ORRIGACÃO, NO CASO DE	
CAFANHOTO	INADIMPLEMENTO PELO	
GALA	DEVEDOR	
CALENA	GARANTIAS DA HACISTRATURA	
NOTA-TRATA-SE DE MINERIO	NOTA-AQUELAS CONSTITUCIONALMENTE	
CALENA ARGENTIFERA	PREVISTAS	
NOTA-TRATA-SE DE MINERIO	TR -INAMOVIBILIDADE	
GALERIA	-IRREDUTIBILIDADE	
GALHO	-VITALICIEDADE	
USE -RAHO	GARÇOM	
GANHADOR	UP -GARÇOM	
GANHO DE CAPITAL	-MAITRE D'HOTEL	
(GAP)	TR -MAITRE	
NOTA-ORÇAO DO (MAER)	GARÇON	
UP -GRUPO DE APOIO	USE -GARÇON	
(GAPAF)	GARI	
NOTA-ORÇAO DO (MAER)	NOTA-TRATA-SE DE CATEGORIA	
UP -GRUPO DE APOIO DOS AFONSOS	FUNCIONAL	
(GAPDR)	GARIMPACEM	
UP -GRUPO DE APOIO AOS ORÇAO DE	UP -CATA	
DIREÇÃO GERAL E DE	TR -GARIMPEIRO	
ASSESSORAMENTO DO	GARINPEIRO	
MINISTERIO DA AERONAUTICA	TR -(FAG)	
(GAPEB)	-GARIMPAGEM	
UP -GRUPO DE ASSESSORIA E	GARHIERITA	
ASSISTENCIA PERMANENTE DOS	NOTA-TRATA-SE DE MINERIO	
COMBUSTIVEIS DA BIOMASSA	(GARP)	
TR -BIOMASSA	NOTA-COMISSÃO SUBORDINADA	
(GAPRJ)	DIRETAMENTE AO (MACR),	
NOTA-ORÇAO DO (MAER)	CRIADA PELO DEC 7180, DE	
UP -GRUPO DE APOIO DO RIO DE	01/03/1973	
JANEIRO	UP -COMISSÃO NACIONAL PARA O	
GARAGE	PROGRAMA GLOBAI DE	
USE -GARAGEM	REQUISAS ATMOSFERICAS	
GARACEM	TR -ATMOSFERA	
UP -GARAGE	GAS	
GARAGEM CENTRAL	TR -DERIVADOS DE PETROLEO	
NOTA-ORÇAO DO (GOF)	GAS ASFIXIANTE	
GARANTE	GAS CONDUTIVEL	
USE -AVALISTA	TR -COMBUSTIVEL	
GARANTIA	-DERIVADOS DE PETROLEO	
TR -ARRAS	GAS DE NAFTA DE PETROLEO	
-HIPOTECA	NOTA-DERIVADO DE PETROLEO	
-PENHOR	TR -DERIVADOS DE PETROLEO	
-WARRANT	GAS LACRIMOGENIO	
GARANTIA CONSTITUCIONAL	GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO	
GARANTIA DE INSTANCIA	USE -(GLP)	
GARANTIA DE PRIORIDADE	GAS NATURAL	
NOTA-PATENTE PROVISORIA QUE	GASIFICACAO	
RESSALVA O DIREITO DO	TR -UGINA DE GASIFICACAO DE	
AUTOR POR OCASIAO DE	CARVAO	
DEMONSTRACAO OU EXIBICAO	GASODUTO	
DE INVENCAO	TR -TRANSPORTE DUTOVIARIO	
GARANTIA ECONOMICA	GASOGENIO	
GARANTIA HIPOTECARIA	TR -(CNG)	
TR -CREDOE HIPOTECARIO	-COMBUSTIVEL	
-DIVIDA HIPOTECARIA	GASOLEO	
-HIPOTECA	NOTA-DERIVADO DO PETROLEO	
-PRIMEIRO CREDOE	TR -DERIVADOS DE PETROLEO	
GARANTIA PIGNORATICA	GASOLEO PARAFINICO	
TR -CREDOE PIGNORATICIO	TR -DERIVADOS DE PETROLEO	
GASTOS PESSOAIS	GASOLINA	
UP -DESPESA INDIVIDUAL	TR -COMBUSTIVEL	
-DESPESA PESSOAL	-DERIVADOS DE PETROLEO	
GASTOS PUBLICOS	-PETROLEO	
	GASTOS PESSOAIS	
	UP -DESPESA INDIVIDUAL	
	-DESPESA PESSOAL	
	GASTOS PUBLICOS	

(* = TERMO NÃO AUTORIZADO)

GADO /GASTO

III.3.5. A Alimentação através de Rede.

Desde o início da interrelação entre o PRODASEN e a Subsecretaria de Análise ficou estabelecida a necessidade de que o banco de dados fosse enriquecido com dados e normas provenientes da administração pública, especialmente pelos Ministérios, os quais são altamente relevantes na com-

vés de convênios, pelo qual os diferentes órgãos da Administração tomaram responsabilidades, seguindo as instruções e os métodos desenvolvidos pela Subsecretaria de Análise, de alimentar o NJUR com seus atos próprios.

A atividade dos órgãos em convênio não se resume à alimentação de registros, mas também a uma participação ativa e democrática nas decisões relacionadas à evolução dos diferentes aspectos do banco de dados, inclusive no vocabulário controlado THES. Atualmente são 12 (doze) os órgãos participantes, os quais mantem o banco NJR2.

III.3.6. Difusão da Metodologia.

Dentro do espírito de cooperação definido pelas administrações do Senado Federal, a metodologia desenvolvida na criação deste banco de dados está disponível a todas as organizações interessadas, tanto a nível da formação, do vocabulário, do uso soft e das adaptações necessárias.